



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**Recurso: Regimental em Agravo de Instrumento nº 0311086-3**

Recorrente(s) : Robson Soares de Souza

Advogada(s): Alexandre Augusto Santos de Vasconcelos

Recorridos (s): FUNAPE

Procurador(s): Thiago Arraes de Alencar Norões

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO CARACTERIZADA. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO OSTENTIVO. CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. VIOLAÇÃO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO AFIGURADA. REGIMENTAL PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, nas discussões de recebimento de vantagens pecuniárias em que não houve negativa inequívoca do próprio direito reclamado, tem-se relação de trato sucessivo, aplicando-se a Súmula 85/STJ, que prevê a prescrição apenas em relação ao período anterior a cinco anos da propositura da ação;

2. Não há óbice para a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, vez que em se tratando de matéria de benefício previdenciário não incide as limitações estabelecidas em rol taxativo, no art. 1º da Lei 9.494/97.

3. O reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88).

4. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados.

5. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos, mas sim de atender a



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

---

regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas, regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

6. Agravo Regimental provido. Decisão por maioria.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Regimental no Agravo de Instrumento nº 0311086-3, acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 05/09/2013, por maioria de votos em lhe dar provimento nos termos do relatório, votos, ementa e notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 26/09/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães.**  
**Designado para a lavratura**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Salvato Desembargador Ricardo Pires Barreto*

127

**Agravo regimental no agravo de instrumento nº 311086-3 - Comarca do Recife**

**Agravante:** Robson Soares de Souza.

**Agravado:** FUNAPE.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo regimental diante de decisão que indeferiu o efeito substitutivo ativo, no sentido de obstar a implantação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos proventos de aposentadoria do ora agravante até o julgamento definitivo do presente instrumental.

Segundo o agravante, esta decisão estaria a merecer retratação ou, em ordem eventual, ser submetida ao colegiado competente para reforma, aduzindo que faz jus à incorporação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo criada pela LCE nº 59/04, pois contempla todo tipo de atividade policial (policiamento de radiopatrulha, policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, os das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no art. 24 da Lei nº 11.328/96).

Alega ainda que a gratificação em tela por se tratar de parcela remuneratória de caráter geral, extensível a policiais da ativa, inativos e pensionistas, requerendo, ao final, o provimento do presente recurso.

Autos conclusos.

É o relatório.

**VOTO**

A pretensão do agravante na ação ordinária de origem é a implantação da mencionada Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos seus proventos de aposentadoria, sob fundamento de se tratar de gratificação geral.

Entendo que a decisão agravada não merece reforma, senão vejamos.

Inicialmente, nos termos do art. 265, IV, "a", do CPC, o processo somente será suspenso quando a sentença de mérito "depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente". Assim, demonstrada a alegada questão prejudicial ao conhecimento do mérito da presente demanda, há que se falar na paralisação do feito, como ocorre na hipótese dos autos.

Desse modo, considerando a instauração de Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nos autos da apelação cível nº 229802-0, referente à questionada Gratificação de Policiamento Ostensivo, determino o sobrestamento deste recurso até definição da controvérsia, nos termos do art. 265, IV, "a", do CPC.

Ademais, ao ser instituída a mencionada gratificação através da legislação de regência, foi elaborado cronograma financeiro para os pagamentos devidos apenas para aqueles que fazem jus ao benefício na ativa, de modo que estender seu pagamento a aposentados e pensionistas implicaria em aumento de vantagem sem fonte de custeio, a implicar em vulneração ao princípio do orçamento.

De se registrar, por fim, que em se tratando de verba cuja natureza é alimentícia, patente o perigo de irreversibilidade do provimento deferido liminarmente, ante sua irrepetibilidade na hipótese de improcedência meritória do pedido.

Já em sentido contrário, caso o pedido seja julgado procedente, a qualquer tempo a gratificação poderá ser incorporada aos proventos de aposentação do ora agravante, como também o pagamento dos atrasados devidos, com os acréscimos legais.

Pelo exposto, voto pelo improvimento do presente agravo regimental, para manter a decisão agravada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 5 de 9 de 2013

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**Recurso: Regimental em Agravo de Instrumento nº 0311086-3**

Recorrente(s) : Robson Soares de Souza

Advogada(s): Alexandre Augusto Santos de Vasconcelos

Recorridos (s): FUNAPE

Procurador(s): Thiago Arraes de Alencar Norões

**VOTO**

É certo que a Lei Complementar Estadual nº 059/04, instituidora da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo e Gratificação de Risco de Atividade de Defesa Civil em favor dos militares estaduais da ativa, não causou efeitos concretos sobre direitos já adquiridos pelos inativos e pensionistas da PMPE, mas sim, configurou-se em uma nova vantagem que se pretende fazer estender, sob o argumento de seu caráter generalizado, ao autores/recorrentes, na qualidade de ex-militar, aposentados.

Assim, conforme vasta jurisprudência, configurada a omissão da Administração e, ainda não tendo havido qualquer negativa quanto ao pleito perseguido, não há como ser reconhecida a prescrição do próprio fundo de direito, *contrário sensu*, afigura-se correta a aplicação da Súmula 85/STJ, por se evidenciar relação jurídica de trato sucessivo. Eis alguns ementários:

*"PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. VENCIMENTOS. PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS (PCCS) INSTITUÍDO PELA ADMINISTRAÇÃO. REENQUADRAMENTO DE ATIVOS E INATIVOS. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 85/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS APONTADOS COMO VIOLADOS. ANÁLISE DE ARTIGOS DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE. 1. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, nas discussões de recebimento de vantagens pecuniárias em que não houve negativa inequívoca do próprio direito reclamado, tem-se relação de trato sucessivo, aplicando-se a Súmula 85/STJ, que prevê a prescrição apenas em relação ao período anterior a cinco anos da propositura da ação. 2. Inviável a análise de violação dos arts. 18 e 30 da CF/88, uma vez que a apreciação de suposta violação de preceitos constitucionais não é possível na via especial, nem à guisa de prequestionamento, porquanto matéria reservada pela Carta*



135

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

---

*Magna ao Supremo Tribunal Federal. 3. Impõe-se o não conhecimento do recurso especial quanto à suposta violação dos arts. 183 e 193, ambos do Código Civil, e do art. 269 do CPC, em face da ausência de prequestionamento. Agravo regimental improvido". (AgRg no AREsp 59971 / SP. Segunda Turma. 27.02.2012. Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS)."*

*"PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. VENCIMENTOS. PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS (PCCS) INSTITUÍDO PELA ADMINISTRAÇÃO. REENQUADRAMENTO DE ATIVOS E INATIVOS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. SÚMULA 85/STJ. 1. O Tribunal a quo concluiu que o litígio versa sobre pagamento, decorrente de reenquadramento salarial já realizado, nos termos do Plano de Cargos e Salários (Leis Municipais n.º 162/95 e n.º 214/96), e não sobre pleito de reenquadramento. 2. Nas causas em que se discute obrigação de trato sucessivo, se não houver a manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação. Inteligência da Súmula 85/STJ: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação (...)"'. "AgRg no AREsp 4355 / SP. Segunda TURMA. 01.07.2011. Rel. Ministro CASTRO MEIRA)."*

Assim dito, tem-se que o cerne da questão em apreço consiste na verificação da existência ou não de direito por parte dos autores/recorrentes de ver incorporado aos seus proventos os valores referentes das Gratificações em questão, implementadas pela LCE nº 59/04.

Observo que o tema aqui tratado é por demais conhecido por esta Corte de Justiça, sendo pacífico o entendimento de que o benefício em questão não pode ser incluído no rol daqueles que possuem caráter *propter laborem*.

Como cediço, as Gratificações em comento, nos termos dos arts. 8º e 12 da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros que desenvolvam as atividades previstas nos arts. 2º e 3º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação, nos Órgãos de Direção Executiva, e no Comando de Serviços técnicos.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

Em outras palavras, o conteúdo destes dispositivos legais induz que as gratificações em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade dos proventos do apelado.

Neste sentido, a jurisprudência pacífica deste Egrégio Tribunal, senão vejamos:

**"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2. Observa-se que o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio tempus regit actum), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 3. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88). 4. Por outro lado, a gratificação de risco de policiamento ostensivo, conforme explanado na decisão guerreada, foi criada pela Lei Estadual nº 59/04, em seu art. 8º, devendo ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvessem as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. 5. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. 6. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 7. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados. 8. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a**



137

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

*regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 9. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. 10. Inexistência, pois, das alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. 11. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos (214554-6/01, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8CC, DJ 23/9/2010)."*

Colaciono, a seguir, jurisprudência do STF e do STJ:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda**





138

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

---

*dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 686995 AgR / PE - PERNAMBUCO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Relator(a): Min. LUIZ FUX Julgamento: 28/08/2012 - Órgão Julgador: 1ª Turma)."*

**"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento. (ARE 676661 AgR / PE - PERNAMBUCO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Relator(a): Min. CÂRMEN LÚCIA Julgamento: 24/04/2012 - Órgão Julgador: Primeira Turma)."**

**"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO PROVISÓRIA. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO INATIVOS. POSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. ATO DISCRICIONÁRIO. RECURSO ESPECIAL JULGADO. NÃO-CABIMENTO. 1. A Gratificação Provisória, prevista no art. 13 da Medida Provisória n.º 1.587/97, convertida na Lei n.º 9.651/98, tem caráter geral e linear, pois o seu recebimento não está condicionado ao cumprimento de qualquer exigência por parte dos servidores ativos. Dessa forma, é extensível aos inativos e pensionistas o direito à gratificação provisória, por força do disposto no art. 40, § 4.º, da Carta Magna. 2. O sobrestamento, previsto no art. 543, § 2º e § 3º, do CPC, é ato discricionário do julgador, e tem lugar nos casos em que o recurso extraordinário interposto é predominante e prejudicial ao julgamento do apelo especial. 3. Inviável formular pedido de sobrestamento do recurso especial, em face de sua prejudicialidade, após o julgamento realizado com fulcro no art. 557 do CPC. 4. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 940168/RJ, T5, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ 04/12/2008)."**

**"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Não há omissão a ser sanada quando o acórdão se pronuncia de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. 2. Caso em que o acórdão recorrido consignou que a Gratificação Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela LC Estadual 59/04, possui caráter geral, devendo ser extensível às pensionistas, com base no art. 40 da CF/88. 3. Agravo regimental não provido. AgRg no AREsp 180283 / PE. Primeira Turma. 23.11.2012. Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA".**

Por essas razões, seguindo as jurisprudências acima transcritas, dou provimento ao recurso, para modificar a decisão de piso,



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

no sentido de conceder a implantação da **GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO**.

Com relação a verba sucumbencial, inexistente neste recurso .

Publique-se e Intimem-se.

Recife, 05/09/2013

**José Ivo de Paula Guimarães**  
**Desembargador**



140

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 05.09.20

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 311086-3 – RECIFE

AGRAVANTE : ROBSON SOARES DE SOUZA

AGRAVADO : FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS  
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FUNAPE

RELATOR : DESEMBARGADOR RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO

RELATÓRIO CONSTANTE NAS FOLHAS 129 DOS AUTOS.

---

VOTO DO RELATOR CONSTANTE NAS FOLHAS 129/ 130 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (RELATOR E  
PRESIDENTE)

Eu nego provimento. Está em discussão.

---

OS EMINENTES DESEMBARGADORES: JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES  
E FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO VOTARAM NO SENTIDO DO  
PROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

---

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, PROVEU-SE O AGRAVO REGIMENTAL.  
LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES."

---